



Fevereiro/2015



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

**Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor de Controle Externo
Área Finalística Contábil**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Prazer sem humilhação

O poeta Ferreira Gullar disse há tempos uma frase que gosta de repetir: "A crase não existe para humilhar ninguém". Entenda-se: há normas gramaticais cuja razão de ser é emprestar clareza ao discurso escrito, valendo como ferramentas úteis e não como instrumentos de tortura ou depreciação de alguém.

Acho que o sentido dessa frase pode ampliar-se: "A arte não existe para humilhar ninguém", entendendo-se com isso que os artistas existem para estimular e desenvolver nossa sensibilidade e inteligência do mundo, e não para produzir obras que separem e hierarquizem as pessoas. Para ficarmos no terreno da música: penso que todos devem escolher ouvir o que gostam, não aquilo que alguém determina. Mas há aqui um ponto crucial, que vale a pena discutir: estamos mesmo em condições de escolher livremente as músicas de que gostamos?

Para haver escolha real, é preciso haver opções reais. Cada vez que um carro passa com o som altíssimo de graves repetidos praticamente sem variação, num ritmo mecânico e hipnótico, é o caso de se perguntar: houve aí uma escolha? Quem alardeia os infernais decibéis de seu som motorizado pela cidade teve a chance de ouvir muitos outros gêneros musicais? Conhece muitos outros ritmos, as canções de outros países, os compositores de outras épocas, as tendências da música brasileira, os incontáveis estilos musicais já inventados e frequentados? Ou se limita a comprar no mercado o que está vendendo na prateleira dos sucessos, alimentando o círculo vicioso e enganoso do "vende porque é bom, é bom porque vende"?

Não digo que A é melhor que B, ou que X é superior a todas as letras do alfabeto; digo que é importante buscar conhecer todas as letras para escolher. Nada contra quem escolhe um "batidão" se já ouviu música clássica, desde que tenha tido realmente a oportunidade de ouvir e escolher compositores clássicos que lhe digam algo. Não acho que é preciso escolher, por exemplo, entre os grandes Pixinguinha e Bach, entre Tom Jobim e Beethoven, entre um forró e a música eletrônica das baladas, entre a música dançante e a que convida a uma audição mais serena; acho apenas que temos o direito de ouvir tudo isso antes de escolher. A boa música, a boa arte, esteja onde estiver, também não existe para humilhar ninguém.

(João Cláudio Figueira, inédito)

1. O autor da crônica se reporta ao emprego da crase, ao sentido da arte em geral e ao da música clássica em particular. A tese que articula esses três casos e justifica o título da crônica é a seguinte:
 - (A) Costumamos ter vergonha daquilo que nos causa prazer, pois nossas escolhas culturais são feitas sem qualquer critério ou disciplina.
 - (B) A possibilidade de escolha entre os vários níveis de expressão da linguagem e das artes não deve constranger, mas estimular nosso prazer.
 - (C) Tanto o emprego da crase como a audição de música clássica são reveladores do mau gosto de quem desconsidera o prazer verdadeiro dos outros.
 - (D) Somente quem se mostra submisso e humilde diante da linguagem culta e da música clássica está em condições de sentir um verdadeiro prazer.
 - (E) É comum que nos sintamos humilhados quando não conseguimos extrair prazer de todos os níveis de cultura que se oferecem ao nosso desfrute.
2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Têm significação equivalente, no 2º parágrafo, estes dois segmentos: *estimular e desenvolver nossa sensibilidade* e *separem e hierarquizem as pessoas*.
 - II. O autor se refere ao som altíssimo do que toca num carro que passa para ilustrar o caso de quem, diante de tantas opções reais, fez uma escolha de gosto discutível.
 - III. O que importa para a definição do nosso gosto é que se abram para nós todas as opções possíveis, para que a partir delas escolhamos a que de fato mais nos apraz.Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em
 - (A) III.
 - (B) II.
 - (C) I e III.
 - (D) I.
 - (E) II e III.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
 - (A) *instrumentos de tortura ou depreciação* (1º parágrafo) = meios de aviltamento ou rejeição.
 - (B) *ritmo mecânico e hipnótico* (3º parágrafo) = toque automático e insone.
 - (C) *alardeia os infernais decibéis* (3º parágrafo) = propaga os pérfdos excessos.
 - (D) *alimentando o círculo vicioso* (3º parágrafo) = nutrido a esfera pecaminosa.
 - (E) *clássicos que lhe digam algo* (4º parágrafo) = eruditos que lhe transmitam alguma coisa.
4. A diversidade de épocas e de linguagens em que as artes se manifestam
 - (A) obriga o público a confiar no mercado, cujos critérios costumam respeitar tal diversidade.
 - (B) não interessa ao gosto popular, que costuma cultivar as exigências artísticas mais revolucionárias.
 - (C) constitui uma vantagem para quem se habilita a escolher de acordo com o próprio gosto.
 - (D) cria uma impossibilidade de opções reais, razão pela qual cada um de nós aprimora seu gosto pessoal.
 - (E) representa uma riqueza cultural para quem foi contemplado com uma inata e especial sensibilidade.



5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) A afirmação sobre a crase do poeta Ferreira Gullar exprime a convicção que seu uso deve ser facultado sem que se venha a humilhar-se.
- (B) A dificuldade de acesso à diversidade cultural dá ao mercado a possibilidade de determinar e mecanizar o gosto do grande público.
- (C) O autor do texto não crê que se devam dar às artes alguma hierarquia que implicará em que as pessoas se separem de modo inconsequente.
- (D) O círculo vicioso do mercado constitui um fenômeno do qual é difícil de se expurgar, mesmo por que seu critério é tão somente o lucro.
- (E) Pondo-se de lado a lado mestres da música clássica e popular, constata-se de que ambas têm o mesmo valor que lhes atribui nosso melhor gosto.

6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:

- (A) Não deve representar uma humilhação para nós as eventuais falhas de redação, que pode e precisa ser sanada.
- (B) Difunde-se, já há muito tempo, preconceitos contra a grande arte, sob a alegação de que ela é produzida para uma pequena elite.
- (C) Caso não hajam opções reais, o público acabará tendo acesso não a obras de arte, mas a mercadorias em oferta.
- (D) Traumatizados pelos decibéis do som que os atormenta, ocorre a alguns motoristas reagir com violência a esses abusos.
- (E) Ao autor do texto não incomodam as pessoas ouvirem qualquer coisa, mas sim o que a elas não é facultado conhecerem.

7. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Eles alardeavam o insuportável som instalado nos carros**, obtém-se a forma verbal

- (A) era alardeado.
- (B) tinha sido alardeado.
- (C) têm alardeado.
- (D) eram alardeados.
- (E) fora alardeado.

8. **Em qualquer época, que se ao grande público o melhor que os artistas**

Haverá plena correlação entre tempos e modos verbais na frase acima preenchendo-se as lacunas, respectivamente, com

- (A) será preciso - oferecesse - produziram
- (B) é preciso - oferecesse - produzissem
- (C) seria preciso - ofereça - têm produzido
- (D) é preciso - ofereça - produzam
- (E) era preciso - oferecia - produzem

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Pátrio poder

Pais que vivem em bairros violentos de São Paulo chegam a comprometer 20% de sua renda para manter seus filhos em escolas privadas. O investimento faz sentido? A questão, por envolver múltiplas variáveis, é complexa, mas, se fizermos questão de extrair uma resposta simples, ela é "provavelmente sim". Uma série de estudos sugere que a influência de pais sobre o comportamento dos filhos, ainda que não chegue a ser nula, é menor do que a imaginada e se dá por vias diferentes das esperadas. Quem primeiro levantou essa hipótese foi a psicóloga Judith Harris no final dos anos 90.

Para Harris, os jovens vêm programados para ser socializados não pelos pais, como pregam nossas instituições e nossa cultura, mas pelos pares, isto é, pelas outras crianças com as quais convivem. Um dos muitos argumentos que ela usa para apoiar sua teoria é o fato de que filhos de imigrantes não terminam falando com a pronúncia dos genitores, mas sim com a dos jovens que os cercam.

As grandes aglomerações urbanas, porém, introduziram um problema. Em nosso ambiente ancestral, formado por bandos de no máximo 200 pessoas, o "cantinho" das crianças era heterogêneo, reunindo meninos e meninas de várias idades. Hoje, com escolas que reúnem centenas de alunos, o(a) garoto(a) tende a socializar-se mais com coleguinhas do mesmo sexo, idade e interesses. O resultado é formação de nichos com a exacerbação de características mais marcantes. Meninas se tornam hiperfemininas, e meninos, hiperativos. O mau aluno encontra outros maus alunos, que constituirão uma subcultura onde rejeitar a escola é percebido como algo positivo. O mesmo vale para a violência e drogas. Na outra ponta, podem surgir meios que valorizem a leitura e a aplicação nos estudos.

Nesse modelo, a melhor chance que os pais têm de influir é determinando a vizinhança em que seu filho vai viver e a escola que frequentará.

(Adaptado de: SCHWARTSMAN, Hélio. **Folha de São Paulo**, 7/12/2014)

9. À pergunta *O investimento faz sentido?* o próprio autor responde: "*provavelmente sim*". Essa resposta se justifica, porque

- (A) a escola, ao contrário do que se imagina, tem efeitos tão poderosos quanto os que decorrem da convivência familiar.
- (B) as influências dos pares de um educando numa escola pública são menos nocivas do que os exemplos de seus pais.
- (C) a qualidade do convívio de um estudante com seus colegas de escola é um fator determinante para sua formação.
- (D) as grandes concentrações humanas estimulam características típicas do que já foi nosso ambiente ancestral.
- (E) a escola particular, mesmo sendo cara, acaba por desenvolver nos alunos uma subcultura crítica em relação ao ensino.



10. Com a frase *O resultado é formação de nichos com a exacerbação de características mais marcantes* (3º parágrafo) o autor está afirmando que a socialização nas escolas se dá de modo a
- (A) dissolver os agrupamentos perniciosos.
- (B) promover a competitividade entre os grupos.
- (C) estabelecer uma hierarquia no interior dos grupos.
- (D) incentivar o desempenho dos alunos mais habilitados.
- (E) criar grupos fortemente tipificados.
-
11. Considere as seguintes afirmações:
- I. A hipótese levantada pela psicóloga Judith Harris é a de que os estudantes migrantes são menos sensíveis às influências dos pais que às de seus professores.
- II. O fato de um mau aluno se deixar atrair pela amizade de outro mau aluno prova que as deficiências da vida familiar antecedem e determinam o mau aproveitamento escolar.
- III. Do ponto de vista do desempenho escolar, podem ser positivos ou negativos os traços de afinidade que levam os estudantes a se agruparem.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.
-
12. É preciso CORRIGIR a redação da seguinte frase:
- (A) Muita gente acha pernicioso esse processo de agrupamento dos alunos, quando cada um pode querer reforçar o que tem de pior em si mesmo.
- (B) Frequentar uma boa escola, ainda que isso onere bastante o orçamento familiar, representa a oportunidade de uma melhor formação pessoal.
- (C) É possível que a formação dos jovens esteja agora ocorrendo sob a influência não de grupos de real convívio, mas dos contatos nas redes sociais.
- (D) Está comprovado que os filhos de imigrantes sofrem maior influência da linguagem de seus colegas do que da língua de seus pais.
- (E) Não há a convicção de que a família é sua maior responsável, quando na escola a formação produzida pelos colegas lhe é muito mais relevante.
-
13. *Formam-se grupos de alunos nas escolas. O que determina esses grupos não é uma orientação formal; o que constitui esses grupos, o que traça os contornos desses grupos, são as afinidades individuais.*
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por
- (A) lhes determina – lhes constitui – traça-lhes os contornos
- (B) os determina – constitui-lhes – os traça seus contornos
- (C) os determina – os constitui – lhes traça os contornos
- (D) determina-lhes – os constitui – traça a seus contornos
- (E) determina-os – constitui-os – os traça contornos
-
14. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Muita gente imagina, ainda hoje, que o convívio familiar, dado sempre como fator principal na formação de um jovem, tenha ainda um papel decisivo, quando, na verdade, essa função, para o bem ou para o mal, é exercida no interior dos grupos de colegas e amigos.
- (B) Muita gente imagina ainda hoje, que o convívio familiar dado sempre como fator principal na formação de um jovem, tenha ainda um papel decisivo, quando na verdade essa função, para o bem ou para o mal, é exercida no interior dos grupos de colegas e amigos.
- (C) Muita gente imagina, ainda hoje que o convívio familiar, dado sempre como fator principal na formação de um jovem tenha ainda, um papel decisivo, quando na verdade essa função, para o bem ou para o mal é exercida no interior dos grupos de colegas e amigos.
- (D) Muita gente imagina ainda hoje que, o convívio familiar, dado sempre como fator principal na formação de um jovem, tenha ainda, um papel decisivo quando na verdade, essa função para o bem ou para o mal, é exercida no interior dos grupos de colegas e amigos.
- (E) Muita gente imagina ainda hoje, que o convívio familiar dado sempre, como fator principal na formação de um jovem, tenha ainda um papel decisivo quando na verdade, essa função, para o bem ou para o mal é exercida, no interior dos grupos de colegas e amigos.
-
15. A expressão **a que** preenche adequadamente a lacuna da seguinte frase:
- (A) Garantir uma educação de boa qualidade é quase tão importante quanto garantir a pureza do ar aspiramos.
- (B) Há quem ainda ache que os valores os jovens são submetidos no convívio familiar tenham mais peso que os cultivados por seus colegas.
- (C) A influência exercem os jovens entre si, no interior dos grupos, acaba sendo fundamental para a formação de todos.
- (D) Muito leitor do texto ficará curioso para saber como era a formação se propagava nas comunidades ancestrais.
- (E) Poucos são os jovens venham aproveitar-se dos benefícios de uma boa formação escolar num estabelecimento privado.

**Auditoria Governamental**

16. As Entidades Fiscalizadoras Superiores – EFS do setor público, nas quais incluem-se os Tribunais de Contas, devem observar as normas emitidas pela *International Organization of Supreme Audit Institutions* – INTOSAI, que em sua norma ISSAI 100 aponta três tipos de auditoria. A auditoria que objetiva examinar a economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e qualidade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública, segundo o manual de auditoria do TCU adaptado às normas internacionais, é a Auditoria

- (A) das Demonstrações Contábeis.
- (B) operacional.
- (C) de Conformidade.
- (D) de Qualidade.
- (E) dos Sistemas ou TI.

17. Na condução de auditorias, devem ser observados os princípios éticos estruturais do código de Ética do *International Organization of Supreme Audit Institutions* – INTOSAI, recomendado às Entidades Fiscalizadoras Superiores – EFS, tais como os princípios de integridade, da independência, do conflito de interesse, da objetividade, da imparcialidade, da aparência, da neutralidade política, da confidencialidade e do profissionalismo.

O princípio ético que requer que o auditor observe a forma e a finalidade dos padrões de auditoria e de ética, considere os princípios de independência e objetividade, seja absolutamente honesto na realização de seu trabalho e na utilização dos recursos da EFS, mantenha impecáveis padrões de conduta profissional e tome decisões de acordo com o interesse público, é o princípio

- (A) da neutralidade política.
- (B) da objetividade.
- (C) da aparência.
- (D) do conflito de interesse.
- (E) de integridade.

18. Segundo as Normas de Auditoria Governamental – NAG, aplicáveis ao controle externo, a fase do processo de auditoria governamental na qual as evidências são coletadas e examinadas, de modo a fundamentar os comentários e opiniões, e que envolve o exame de registros e documentos, a avaliação de processos e sistemas orçamentários, financeiros, patrimoniais e operacionais, com vistas a informar sobre a confiabilidade do Sistema de Controles Internos – SCI, a legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos, regularidade das contas, o desempenho da gestão e os resultados das políticas, programas e projetos públicos, corresponde à etapa de

- (A) Planejamento.
- (B) Acompanhamento das recomendações.
- (C) Seleção da metodologia.
- (D) Execução.
- (E) Estabelecimento do escopo.

19. As Normas de Auditoria, NAT do TCU apresentam recomendações referentes aos relatórios de auditoria. “*Apresentar, entre outras, toda a informação e todos os elementos necessários para satisfazer os objetivos da auditoria, permitir a correta compreensão dos fatos e situações relatadas, prover os usuários do relatório com uma compreensão suficientemente íntegra. As relações entre objetivos, critérios, achados e conclusões precisam ser expressas de forma clara e íntegra, permitindo sua verificação*” é a característica de

- (A) completude.
- (B) clareza.
- (C) convicção.
- (D) objetividade.
- (E) tempestividade.

20. Segundo os procedimentos em processos de tomadas e prestação de contas do TCM/GO, as contas dos gestores, quando apresentarem omissão no dever de prestação de contas (*accountability*), prática de ato ilegal, ilegítimo, antieconômico, infração a ato regulamentar, em especial de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, injustificado dano ao erário, serão consideradas

- (A) regulares com ressalva.
- (B) regulares sem ressalva com parágrafo de ênfase.
- (C) impróprias com rejeição.
- (D) irregulares com abstenção de opinião.
- (E) irregulares.

21. Os procedimentos de auditoria incluem as seguintes etapas: planejamento, avaliação do sistema de controle interno, elaboração de papéis de trabalho, avaliação dos riscos de auditoria, elaboração dos programas de trabalho, aplicação de testes de controle e procedimentos substantivos, elaboração de relatórios e emissão do relatório ou certificado. Um achado passa de indício à evidência, quando atender aos requisitos de suficiente e completo, pertinente ao tema e diretamente relacionados com o achado, sendo a evidência precedida dos atributos de

- (A) condição, caráter, capacidade de colateral.
- (B) legalidade, afetividade, legitimidade e afetação.
- (C) inspeção, observação, recalcule e reexecução.
- (D) condição, critério, causa e consequência.
- (E) contagem, confirmação, conferência e confronto com registros auxiliares.

22. O auditor, quando obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis, deve expressar-se por meio de

- (A) opinião sem ressalva.
- (B) renúncia do trabalho.
- (C) opinião com parágrafo de ênfase.
- (D) abstenção de opinião.
- (E) opinião adversa.

**Controle Externo**

23. Nos trabalhos de fiscalização sobre as contas de gestão de um administrador público, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO obteve evidências de que ocorreu a prática de ato ilegal. Nos termos da Lei Orgânica do TCM/GO, essas contas serão julgadas
- (A) regulares com ressalva, caso o administrador público indenize o erário até a data do julgamento das contas.
 - (B) regulares com ressalva, caso fique evidenciado que o ato não é de natureza grave e não representa injustificado dano ao erário.
 - (C) irregulares, e será definida a responsabilidade individual, com aplicação de multa, neste caso, observando o valor máximo de R\$ 50.000,00.
 - (D) irregulares, e será definida a responsabilidade solidária do administrador e dos seus assessores com aplicação de multa, neste caso, observando o valor máximo de R\$ 50.000,00.
 - (E) irregulares, e será definida a responsabilidade individual com aplicação de multa, neste caso, observando o valor máximo de R\$ 55.000,00.
-
24. No exercício de suas atribuições, o TCM/GO deve apurar as despesas com pessoal dos entes jurisdicionados para o fim de controlar a obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Deverão ser considerados nesses cálculos, entre outros, os seguintes gastos:
- (A) adicionais, contribuições às entidades de previdência e despesas decorrentes de decisão judicial.
 - (B) vencimentos, encargos sociais e indenização por demissão de servidores.
 - (C) contratos de terceirização de mão de obra com substituição de servidores, gratificações e pensões.
 - (D) vantagens fixas e variáveis, subsídios e incentivos à demissão voluntária.
 - (E) indenização por demissão de empregados, horas extras e proventos de aposentadoria.
-
25. A fim de possibilitar maior participação da sociedade no controle dos resultados da administração, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu vários instrumentos de transparência da gestão fiscal que são utilizados pelo TCM/GO no exercício de suas atribuições de controle externo. Dentre esses instrumentos, estão o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. É correto afirmar que o
- (A) Relatório de Gestão Fiscal será emitido ao final de cada bimestre e deverá estar acompanhado pelo demonstrativo dos resultados nominal e primário.
 - (B) Relatório Resumido da Execução Orçamentária será emitido ao final de cada bimestre e deverá conter o comparativo dos montantes da despesa total com pessoal com os limites da LRF.
 - (C) Relatório de Gestão Fiscal será emitido ao final de cada quadrimestre e deverá estar acompanhado, no último quadrimestre, das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
 - (D) Relatório Resumido da Execução Orçamentária será emitido ao final de cada quadrimestre e deverá estar acompanhado, no último quadrimestre, do demonstrativo da inscrição em restos a pagar, das despesas.
 - (E) Relatório de Gestão Fiscal será emitido ao final de cada quadrimestre e deverá conter, no último quadrimestre, demonstrativo do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro.
-
26. A Constituição Federal estabeleceu um elenco de competências ao controle externo que abrange a sustação de contratos. Nos termos do que dispõem tais normas constitucionais, o ato de sustação de contrato
- (A) será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
 - (B) é de competência do Tribunal de Contas, desde que esteja previamente autorizado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
 - (C) será adotado diretamente pelo Tribunal de Contas, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados.
 - (D) será efetivado pelo Congresso Nacional ou pelo Poder Executivo no prazo de 180 dias ou então exaure-se-á a competência.
 - (E) será adotado diretamente pelo Tribunal de Contas, comunicando a decisão ao Senado Federal.



27. A Constituição Federal estabeleceu disposições sobre a organização e as competências do Tribunal de Contas da União que são de observância obrigatória aos Tribunais de Contas Estaduais. É o que se denomina Princípio da Simetria Concêntrica. Esta é a fonte de onde foram extraídas as competências e a organização do TCM/GO, que estão normatizadas na sua Lei Orgânica (Lei Estadual nº 15.958/2007). Nos termos desse sistema legal e consoante ao que dispõe sua Lei Orgânica, compete ao TCM/GO

- (A) decidir sobre consulta que lhe seja formulada por qualquer cidadão, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência.
- (B) encaminhar à Assembleia Legislativa, a cada dois anos, relatório das atividades desenvolvidas no biênio anterior.
- (C) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão e contratação de pessoal para cargos de provimento efetivo e em comissão, bem como de atos concessivos de aposentadorias e pensões.
- (D) apreciar, em caráter prioritário, sob pena de responsabilidade, os pedidos de informação de auditorias e inspeções que lhes forem endereçados pelo Presidente da Câmara Municipal, quando por esta aprovados.
- (E) exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades dos Poderes Municipais e das entidades da administração indireta, inclusive das fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, para verificar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos, contratos, termos de parceria e outros ajustes, excetuados os convênios.

28. A dívida e o endividamento público são temas de grande relevância nas atribuições do controle externo, e é na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF que se encontra uma extensa regulação dos vários aspectos a eles relacionados. No tocante à composição da dívida e do endividamento, a LRF estabelece que

- (A) será incluída na Dívida Pública Consolidada da União a relativa a títulos da responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (B) a Dívida Pública Consolidada ou Fundada compreende o montante total, com a inclusão de todas as duplicidades e das obrigações financeiras do ente da Federação.
- (C) a concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação não financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- (D) o refinanciamento do principal da Dívida Mobiliária não excederá, ao término de cada exercício, o montante do final do exercício anterior, subtraído ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas.
- (E) o refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária compreende a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

29. Considere as seguintes afirmações:

- I. Nos termos da Constituição Federal, ao controle interno cabe avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Federal, de maneira que fica excluída a sua avaliação sobre a aplicação de recursos por entidades de direito privado, em virtude da natureza dessas pessoas jurídicas.
- II. Nos termos da Constituição Federal, a missão atribuída ao controle interno para exercer o monitoramento das operações de crédito, avais e garantias, possibilita a ele estender esse controle até mesmo sobre os direitos e haveres da União.
- III. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas da LRF, com ênfase ao atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que, por uma razão de lógica, é determinante para que tão somente o Tribunal de Contas fiscalize o cumprimento da LRF no tocante aos limites e condições para realização de operações de crédito.
- IV. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – LOTCM/GO, os responsáveis pelo controle interno deverão realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer, o que reserva a ele a prerrogativa de, conforme o caso, alertar formalmente a autoridade administrativa competente, para que instaure tomada de contas, sempre que tiver conhecimento de quaisquer das ocorrências referidas em dispositivo específico da LOTCM/GO.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.

30. A Lei Federal nº 12.527/2011 destina-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação. No entanto, reservou um capítulo específico para regular as hipóteses de restrição de acesso à informação e os respectivos procedimentos. Nos termos desse capítulo específico da Lei de Acesso à Informação,

- (A) o prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como ultrassecreta será de 30 (trinta) anos, a partir da data de sua produção.
- (B) as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos poderão ser objeto de restrição de acesso mediante decisão conjunta do Presidente da república e do Presidente do Congresso Nacional.
- (C) o prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como secreta será de 15 (quinze) anos, a partir da data de sua produção.
- (D) a classificação do sigilo de informação no grau de ultrassecreto, no âmbito da Administração Pública Federal, é de competência exclusiva do Presidente da República e do Presidente do Congresso Nacional.
- (E) o prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como reservada será de 10 (dez) anos, a partir da data de sua produção.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

31. A respeito do poder de polícia, considere:
- I. Constitui um poder vinculado, descabendo discricionariedade administrativa para a prática de atos que envolvam seu exercício.
 - II. Os atos praticados no exercício do poder de polícia, quando dotados de autoexecutoriedade, possibilitam que a Administração os ponha em execução sem necessitar de tutela jurisdicional.
 - III. Corresponde apenas a atos repressivos, tanto no âmbito da polícia administrativa como em relação à polícia judiciária, dotados de coercibilidade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
 - (B) I.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
32. Determinado Município pretende ampliar a oferta de transporte coletivo aos cidadãos, disponibilizando novas linhas de ônibus e modernizando a frota existente. Uma das alternativas juridicamente possível para atingir tal finalidade seria a outorga de
- (A) titularidade do serviço público de transporte de passageiros à empresas privadas credenciadas, mediante autorização.
 - (B) concessão, em caráter precário ou por prazo determinado, do serviço público de transporte de passageiros à empresa privada.
 - (C) permissão do serviço público de transporte de passageiros à empresas privadas, sempre mediante prévio procedimento licitatório.
 - (D) permissão para a prestação de serviço público de transporte de passageiros, com o pagamento, pelo poder concedente, dos valores necessários à prestação do serviço.
 - (E) titularidade do serviço público de transporte de passageiros a consórcio de empresas privadas, mediante prévio procedimento licitatório, para exploração mediante cobrança de tarifa dos usuários.
-
33. O responsável pelo órgão de pessoal de determinada entidade da Administração pública concedeu benefícios a servidores da entidade sem o necessário amparo na legislação de regência. Passado algum tempo, a situação foi descoberta por auditoria realizada no âmbito do controle interno da Administração. A conduta a ser adotada pela Administração em relação aos atos concessórios dos benefícios consiste em
- (A) revogar os atos praticados em desacordo com a legislação, com base em seu poder discricionário.
 - (B) anular os atos eivados de ilegalidade, como exercício da autotutela, desde que não decorrido o prazo decadencial.
 - (C) convalidar os atos praticados, que gozam de presunção de legitimidade independentemente da conformidade com a lei.
 - (D) solicitar judicialmente a anulação dos atos, eis que inviável o desfazimento no âmbito administrativo.
 - (E) anular os atos no âmbito do processo disciplinar a ser instaurado contra o responsável, desde que constatada a má-fé.
-
34. Suponha que o Governo do Estado de Goiás pretenda implementar medidas de reestruturação administrativa, extinguindo alguns órgãos e também entidades da Administração indireta e fundindo algumas Secretarias, bem como extinguindo cargos vagos. De acordo com as normas que disciplinam a organização administrativa constantes da Constituição Federal,
- (A) todas as medidas poderão ser implementadas por ato do Chefe do Executivo, mediante decreto.
 - (B) todas as medidas somente poderão ser implementadas por lei, de iniciativa do Chefe do Executivo, salvo a fusão de Secretarias, que pode ser efetivada por decreto.
 - (C) a extinção de cargos vagos necessita de lei específica e as demais medidas poderão ser implementadas por decreto.
 - (D) a extinção de entidades da Administração indireta somente poderá ser feita por lei, enquanto a extinção de órgãos e de cargos vagos pode ocorrer por decreto.
 - (E) a extinção de entidades e órgãos depende de lei, enquanto a extinção de cargos vagos pode ser feita por decreto do Chefe do Executivo.
-
35. Uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Goiás pretende realizar uma campanha de publicidade e divulgação de suas atividades, de caráter informativo, aos seus usuários e à população em geral. Considerando as disposições constitucionais e a legislação federal aplicável à espécie, referida empresa
- (A) poderá contratar tais serviços diretamente, eis que presente hipótese de dispensa de licitação.
 - (B) deverá licitar a contratação dos referidos serviços, eis que ausente hipótese de dispensa de licitação e expressamente vedada a declaração de inexigibilidade.
 - (C) não precisa licitar a contratação de serviços, eis que se submete ao regime jurídico de direito privado.
 - (D) poderá declarar a inexigibilidade de licitação, se os serviços forem prestados por empresa que detenha notória especialização.
 - (E) poderá dispensar a licitação, se comprovar que se trata de serviço de utilidade pública, observada a compatibilidade do preço contratado com os praticados no mercado.

**Noções de Direito Constitucional**

36. Quando do ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, estão dispensados da demonstração de pertinência temática
- (A) o partido político com representação no Congresso Nacional e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (B) o partido político com representação no Congresso Nacional e o Governador de Estado ou do Distrito Federal.
 - (C) o Procurador-Geral da República e entidade de classe de âmbito nacional.
 - (D) o Procurador-Geral da República e confederação sindical.
 - (E) a Mesa da Câmara dos Deputados e a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
-
37. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão os mesmos subsídios dos
- (A) Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Deputados.
 - (C) Ministros de Estado.
 - (D) Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Senadores.
-
38. O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição Federal, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e, dentre outros, o limite máximo, em Municípios de
- (A) 50.001 (cinquenta mil e um) a 100.000 (cem mil) habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - (B) 10.001 (dez mil e um) a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - (C) até 10.000 (dez mil) habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 20% (vinte por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - (D) 100.001 (cem mil e um) a 300.000 (trezentos mil) habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 40% (quarenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - (E) 300.001 (trezentos mil e um) a 500.000 (quinhentos mil) habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.
-
39. Referente a fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos Municípios, considere:
- I. A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de três dias, preste os esclarecimentos necessários.
 - II. Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.
 - III. Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) II e III.
-
40. A União entregará, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), designando
- (A) 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
 - (B) 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.
 - (C) 40% (quatro por cento), para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento.
 - (D) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de janeiro de cada ano.
 - (E) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano.

**Contabilidade Geral**

41. As contas do Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2013, apresentavam os seguintes saldos, em reais:

Adiantamentos de Clientes	2.000	Estoques	10.000
Máquinas e Equipamentos	40.000	Reservas de Lucros	3.500
Veículos	20.000	Impostos a Pagar	2.000
Fornecedores.....	6.000	Depreciação Acumulada	8.000
Capital.....	70.000	Valores a Receber de Clientes.....	21.000
Perdas Estimadas com Clientes	1.500	Caixa e Equivalentes de Caixa.....	2.000

Os diversos eventos apresentados a seguir, relacionados com os *Valores a Receber de Clientes* existentes em 31/12/2013, ocorreram durante o ano de 2014, nesta ordem:

- Créditos com clientes no valor total de R\$ 2.000,00 foram considerados incobráveis pela empresa.
- Do saldo remanescente da conta *Valores a Receber de Clientes*, a empresa recebeu 90% em 2014 e o restante será recebido em 2015.
- As vendas a prazo de 2014 que vencerão após 31/12/2014 totalizaram R\$ 20.100,00.
- A empresa estimou as prováveis *Perdas com Clientes* aplicando o percentual de 4% sobre o saldo da conta *Valores a Receber de Clientes* em 31/12/2014.

No resultado de 2014, o valor total registrado de despesas relacionadas com a não realização de créditos sobre valores a receber de clientes, em reais, foi

- (A) 2.804,00.
- (B) 2.304,00.
- (C) 2.880,00.
- (D) 1.380,00.
- (E) 880,00.

42. Uma empresa apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2012 o valor total de R\$ 510.000,00, que foi contabilizado como provisões de diversos tipos, cujo detalhamento é apresentado na tabela a seguir:

Processo	Montante Estimado (R\$)
Processo Trabalhista	170.000,00
Processo Fiscal 1	100.000,00
Processo Fiscal 2	240.000,00

Em 31/12/2013, o departamento jurídico da empresa apresentou novas avaliações sobre estes diversos processos, tanto dos valores quanto da probabilidade de perda da empresa. Foram incluídas também as informações sobre dois novos processos que a empresa está respondendo. As informações consolidadas sobre todos os processos constam na tabela a seguir:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo Trabalhista	200.000,00	Provável
Processo Fiscal 1	80.000,00	Possível
Processo Fiscal 2	240.000,00	Provável
Processo Cível 1 (novo)	230.000,00	Possível
Processo Ambiental (novo)	160.000,00	Provável

Com base nas informações constantes nas tabelas anteriores e nos critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor evidenciado como provisão no passivo do Balanço Patrimonial de 31/12/2013 e a variação negativa no Resultado de 2013 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 400.000,00 e 160.000,00.
- (B) 600.000,00 e 90.000,00.
- (C) 600.000,00 e 190.000,00.
- (D) 570.000,00 e 160.000,00.
- (E) 570.000,00 e 60.000,00.



43. Uma empresa adquiriu, à vista, mercadorias para revenda, ficando responsável pela retirada das mesmas no depósito do fornecedor e incorrendo nos seguintes gastos:
- Valor pago ao fornecedor: R\$ 500.000,00.
 - Valor pago à transportadora das mercadorias: R\$ 10.000,00
 - Valor do seguro pago para o transporte até seu próprio depósito: R\$ 5.000,00

A compra ocorreu em 25/09/2013 e a empresa vendeu 60% deste lote em 15/11/2013 pelo valor de R\$ 475.000,00. Supondo que não há incidência de qualquer tributo na compra e na venda das mercadorias, a Demonstração do Resultado de 2013 evidenciará, em relação exclusivamente à compra e à venda deste lote de mercadorias:

- (A) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 160.000,00.
- (B) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 175.000,00; Despesa com frete = R\$ 10.000,00 e Despesa com Seguro = R\$ 5.000,00.
- (C) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 166.000,00.
- (D) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 169.000,00 e Despesa com Seguro = R\$ 5.000,00.
- (E) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 172.000,00 e Despesa com Frete = R\$ 10.000,00.
-
44. O Patrimônio Líquido da empresa **Novamente S.A.** apresentava, em 31/12/2014, os saldos constantes da tabela a seguir, antes da incorporação do lucro líquido do ano de 2014 e da sua distribuição:

Conta	R\$
Capital Social	950.000,00
Reserva de Capital	100.000,00
Reserva Legal	170.000,00
Reserva para Expansão	100.000,00
Reserva de Lucros a Realizar	40.000,00
Total	1.360.000,00

O resultado obtido pela empresa em 2014, antes da dedução dos tributos, foi R\$ 500.000,00 e o lucro líquido foi R\$ 380.000,00.

A empresa adota como política constituir a Reserva Legal até o menor dos limites permitidos pela Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores.

O valor acrescido à conta Reserva Legal no final de 2014 foi, em reais,

- (A) 25.000,00.
- (B) 19.000,00.
- (C) 20.000,00.
- (D) 76.000,00.
- (E) 15.000,00.
-
45. A empresa *Participa em Tudo S.A.* adquiriu, em 02/01/2013, uma participação societária de 60% na *Cia. Vendida S.A.*, passando a deter o seu controle. O Patrimônio Líquido contábil da *Cia. Vendida S.A.* era R\$ 50.000.000,00 na data da aquisição e a *Participa em Tudo S.A.* pagou R\$ 36.000.000,00 pela participação adquirida. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da *Cia. Vendida S.A.*, em 02/01/2013, era R\$ 60.000.000,00 e a diferença para o seu Patrimônio Líquido contábil se referia ao valor justo de um terreno que estava registrado pelo valor de custo. No ano de 2013, a *Cia. Vendida S.A.* apurou um lucro líquido de R\$ 8.000.000,00 e sabe-se que o terreno não foi vendido. Nas demonstrações contábeis individuais da empresa *Participa em Tudo S.A.*, o valor do Resultado de Participação apresentado na Demonstração do Resultado do ano de 2013 e o valor do investimento apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foram, respectivamente, em reais,
- (A) 8.000.000,00 e 38.000.000,00.
- (B) 4.800.000,00 e 40.800.000,00.
- (C) 4.800.000,00 e 34.800.000,00.
- (D) 8.000.000,00 e 44.000.000,00.
- (E) 0,00 e 30.000.000,00.



46. Uma empresa é proprietária de um ativo intangível de vida útil indefinida que foi apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2013 pelo valor contábil de R\$ 1.200.000,00, composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 1.680.000,00.
- Perda por desvalorização ("impairment"): R\$ 480.000,00.

Para a apresentação do Balanço Patrimonial de 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade do ativo ("impairment") e obteve as seguintes informações para o ativo intangível:

- Valor em uso do ativo: R\$ 1.500.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda do ativo: R\$ 1.440.000,00.

Sabendo-se que a empresa tem evidências de que a vida útil deste ativo intangível continua indefinida, no resultado de 2014 deve

- (A) reconhecer um ganho no valor de R\$ 300.000,00 pela reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.
- (B) não fazer nenhum registro.
- (C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.
- (D) reconhecer um ganho no valor de R\$ 480.000,00 pela reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.
- (E) reconhecer um ganho no valor de R\$ 240.000,00 pela reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

47. Uma máquina foi adquirida, em 31/12/2010, pelo valor de R\$ 10.000.000,00 e a empresa que a adquiriu definiu que a sua vida útil econômica seria 10 (dez) anos, estimando que a máquina seria vendida ao final de sua vida útil por R\$ 2.000.000,00, valor líquido das despesas estimadas de venda.

Em 02/01/2013, a empresa alterou sua política de substituição de equipamentos e definiu que somente utilizaria a máquina por mais 4 (quatro) anos e que, ao final deste período, o seu valor líquido de venda seria R\$ 3.000.000,00.

A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação e sabe-se que não houve necessidade de ajuste por perda de valor recuperável ("impairment").

O valor da despesa de depreciação apresentado na Demonstração do Resultado de 2013 e o valor contábil do ativo evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 1.350.000,00 e 6.850.000,00.
- (B) 1.350.000,00 e 7.050.000,00.
- (C) 1.000.000,00 e 7.000.000,00.
- (D) 800.000,00 e 7.600.000,00.
- (E) 800.000,00 e 6.650.000,00.

48. Uma empresa fez a emissão de 10.000.000 de debêntures pelo valor nominal unitário de R\$ 3,00 para obtenção de um total de recursos no valor de R\$30.000.000,00. As características dos títulos emitidos foram as seguintes:

- Data da emissão: 31/12/2012
- Prazo total: 10 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 4.882.361,85
- Gastos incorridos para a emissão e colocação das debêntures: R\$ 666.672,90

Tendo em vista que havia expectativa de que as taxas de juros sofreriam uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las pelo valor total de R\$ 32.000.000,00 e, com isto, a taxa de custo efetivo da emissão foi 9% ao ano.

O valor total das despesas apropriadas no resultado de 2013 e o saldo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2013 para as debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais,

- (A) 3.666.672,90 e 28.117.638,15.
- (B) 2.700.000,00 e 27.817.638,15.
- (C) 2.880.000,00 e 29.997.638,15.
- (D) 3.546.672,90 e 29.997.638,15.
- (E) 2.819.999,44 e 29.270.964,69.



49. No dia 01/12/2014 uma empresa investiu recursos totais no valor de R\$1.200.000,00 em diversos ativos financeiros, com as seguintes características:

Valor aplicado (R\$)	Taxa de juros	Data de vencimento	Classificação dos títulos pela empresa
400.000,00	1,0%a.m.	01/12/2016	Destinados para venda imediata
400.000,00	1,3%a.m.	01/12/2018	Mantidos até o vencimento
400.000,00	1,2%a.m.	01/12/2017	Disponível para venda futura

Sabe-se que os valores justos destes ativos, em 31/12/2014, eram os seguintes:

Classificação dos títulos pela empresa	Valor Justo (R\$)
Destinados para venda imediata	402.000,00
Mantidos até o vencimento	408.000,00
Disponível para venda futura	405.000,00

Os valores em reais a serem evidenciados no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2014, para os títulos destinados para venda imediata, para os que serão mantidos até o vencimento e para os disponíveis para venda futura são, respectivamente,

- (A) 404.000,00; 405.200,00 e 404.800,00.
 (B) 402.000,00; 408.000,00 e 405.000,00.
 (C) 402.000,00; 405.200,00 e 405.000,00.
 (D) 404.000,00; 408.000,00 e 404.800,00.
 (E) 400.000,00; 405.200,00 e 404.800,00.
-
50. Uma empresa adquiriu, em 31/12/2013, um equipamento industrial por meio de um contrato de arrendamento mercantil financeiro. O contrato seria pago em 6 parcelas iguais, com periodicidade anual, cujo valor é R\$ 505.136,24, vencendo a primeira parcela em 31/12/2014. O valor presente das parcelas, calculado na data de início do contrato de arrendamento com a taxa implícita de juros de 10% ao ano, era R\$ 2.200.000,00 e o valor justo do equipamento na mesma data de início do contrato era R\$ 2.500.000,00. A empresa pretende ficar com o equipamento após o término do contrato e estima uma vida útil de 10 anos para o equipamento e um valor residual de R\$ 200.000,00. Com base nestas informações, a empresa deve reconhecer na Demonstração do Resultado de 2014, em reais:
- (A) Despesa de Arrendamento = 505.136,24.
 (B) Despesa de Depreciação = 220.000,00 e Despesa Financeira = 250.000,00.
 (C) Despesa de Depreciação = 220.000,00 e Despesa Financeira = 220.000,00.
 (D) Despesa de Depreciação = 200.000,00 e Despesa Financeira = 250.000,00.
 (E) Despesa de Depreciação = 200.000,00 e Despesa Financeira = 220.000,00.
-
51. Em 01/12/2013, uma empresa constituída na forma de sociedade por ações realizou as seguintes transações de vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 400.000,00.
- Venda a prazo no valor de R\$ 598.073,74 que será recebido 18 meses após a data da venda.

A taxa de juros vigente na data da venda era 1% ao mês e se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 900.000,00.

Sabendo que o financiamento a clientes não é uma atividade operacional da empresa e de acordo com as normas contábeis vigentes, a empresa reconheceu na Demonstração do Resultado de 2013, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2013:

- (A) Receita de Vendas = R\$ 998.073,74, apenas.
 (B) Receita de Vendas = R\$ 900.000,00, apenas.
 (C) Receita de Vendas = R\$ 998.073,74 e Receita Financeira = R\$ 5.980,74.
 (D) Receita de Vendas = R\$ 900.000,00 e Receita Financeira = R\$ 5.000,00.
 (E) Receita de Vendas = R\$ 500.000,00 e Receita Financeira = R\$ 5.000,00.



52. Uma empresa apurou no ano de 2013 um lucro líquido de R\$ 5.000.000,00, cuja destinação foi a seguinte:

- Constituição de Reserva Legal de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores.
- Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 200.000,00.
- O estatuto social estabelece o valor dos dividendos obrigatórios em 20% do lucro líquido do período.

Durante o ano de 2013, ocorreu um aumento do Capital Social no valor total de R\$ 1.600.000,00, sendo R\$ 800.000,00 com incorporação de Reservas de Lucros e o restante integralizado em dinheiro com a emissão de novas ações.

A variação positiva no valor total do Patrimônio Líquido da empresa, evidenciada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) referente ao ano de 2013 foi, em reais,

- (A) 4.800.000,00.
- (B) 4.000.000,00.
- (C) 4.200.000,00.
- (D) 4.840.000,00.
- (E) 4.850.000,00.

53. Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2012 e 31/12/2013 e a Demonstração do Resultado do ano de 2013 da empresa **Águas Claras Surf S.A.** são apresentados nos dois quadros a seguir:

Águas Claras Surf S.A.
Balanços Patrimoniais em 31/12/2012 e 31/12/2013 – em reais

ATIVO	31/12/2012	31/12/2013	PASSIVO	31/12/2012	31/12/2013
Ativo circulante	364.000	572.000	Passivo circulante	312.000	521.560
Caixa e Equivalentes de Caixa	120.000	244.000	Fornecedores	132.000	130.800
Duplicatas a Receber de Clientes	112.000	146.000	Empréstimos	180.000	388.000
(-) Perdas Estimadas com Clientes	-	(14.000)	Dividendos a Pagar	-	2.760
Estoques	132.000	196.000			
Ativo não circulante	288.000	336.000	Passivo não circulante	-	40.000
Investimentos			Provisão para Riscos Fiscais	-	40.000
Propriedades para Investimento	28.000	72.000			
Imobilizado			Patrimônio Líquido	340.000	346.440
Equipamentos	168.000	264.000	Capital Social	300.000	300.000
Terrenos	92.000	-	Reservas de Lucros	40.000	46.440
TOTAL DO ATIVO	652.000	908.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	652.000	908.000

Águas Claras Surf S.A.	
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2013 a 31/12/2013 – Em reais	
Receitas Líquidas de Vendas	816.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(520.000)
(=) Resultado com Mercadorias	296.000
(-) Despesas Operacionais	
- Perdas Estimadas com Clientes	(14.000)
- Vendas	(90.000)
- Administrativas	(100.800)
- Depreciação	(24.000)
- Provisão para Riscos Fiscais	(40.000)
- Diversas	(8.000)
(+/-) Outras Receitas e Despesas	
Ajuste a valor justo de Propriedades para Investimento	10.000
Despesas Financeiras	(40.000)
Lucro na Venda de Terrenos	20.000
(=) Resultado Líquido	9.200

Sabe-se que no ano de 2013 a empresa não vendeu investimentos e equipamentos, não liquidou qualquer empréstimo e não pagou as despesas financeiras. Os valores correspondentes ao caixa consumido ou gerado pelas Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento em 2013 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 8.000 (positivo), 52.000 (negativo) e 168.000 (positivo).
- (B) 4.000 (positivo), 32.000 (positivo) e 208.000 (positivo).
- (C) 2.000 (negativo), 42.000 (negativo) e 168.000 (positivo).
- (D) 18.000 (positivo), 62.000 (negativo) e 168.000 (positivo).
- (E) 2.000 (negativo), 6.000 (positivo) e 168.000 (positivo).



54. O Patrimônio Líquido de uma empresa, em 31/12/2012, era R\$ 600.000,00 e durante o ano de 2013 a alteração no valor total do Patrimônio Líquido foi decorrente do resultado do período. Com base no Balanço Patrimonial de 31/12/2013, antes da distribuição do resultado do ano de 2013, foram obtidas as seguintes informações:
- Ativo Não Circulante = R\$ 630.000,00.
 - Passivo Não Circulante = R\$ 360.000,00.
 - Índice de liquidez corrente = 2,0.
 - Grau de concentração da dívida com terceiros no curto prazo = 60%.

O Resultado Líquido obtido em 2013, em reais, foi

- (A) 210.000,00 (lucro).
- (B) 199.500,00 (lucro).
- (C) 147.000,00 (lucro).
- (D) 90.000,00 (prejuízo).
- (E) 300.000,00 (lucro).

Contabilidade de Custos

55. Sobre os princípios contábeis aplicados a custos, considere:
- I. O princípio da realização da receita determina o reconhecimento contábil do resultado apenas quando da realização da receita, o que, normalmente, ocorre quando se inicia o processo de produção em indústrias alimentícias.
 - II. O custo de reposição pode ser utilizado para avaliação de estoques de matéria prima quando o custo histórico for menor do que o valor realizável líquido.
 - III. A uniformidade determina que um tratamento mais rigoroso precisa ser utilizado para todos os itens, mesmo aqueles cujo valor monetário é pequeno dentro dos gastos atuais.
 - IV. O custeio por absorção é o método aceito para fins de divulgação de demonstração contábeis de acordo com os princípios de contabilidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) III e IV.
- (D) III.
- (E) IV.

56. A Indústria Gelix produz sorvete de morango que é vendido em galões de 5 litros. No mês de dezembro de 2014, ocorreram os seguintes eventos:
- Aquisição de uma máquina no valor de R\$ 800.000,00, com vida útil econômica de 5 anos, que foi colocada em funcionamento em janeiro de 2015.
 - Aquisição de matéria prima, no dia 15/12/2014, pelo custo de R\$ 10.000,00, a qual foi estocada.
 - Consumo de matéria prima, que foi adquirida em novembro de 2014 pelo custo de R\$ 8.000,00, na produção de sorvete. Normalmente, há um desperdício de 5% da matéria prima no processo produtivo.
 - O estoque de embalagens (galões) adquiridos em meses anteriores no valor de R\$ 1.500,00 foi danificado em decorrência de um problema anormal na parte hidráulica das instalações, não mais podendo ser utilizado pela empresa na produção de sorvetes.
 - Pagamento de salários e encargos do mês de dezembro de 2014 referentes aos funcionários da área de produção no valor de R\$ 7.000,00.
 - Pagamento de fretes para entrega dos galões de sorvete vendidos em dezembro de 2014 no valor de R\$ 500,00.

Os galões de sorvete produzidos em dezembro de 2014 foram vendidos em janeiro de 2015. Com base nestas informações, é correto afirmar que, em dezembro de 2014,

- (A) os investimentos foram R\$ 800.000,00.
- (B) as perdas do período foram R\$ 1.900,00.
- (C) o custo da produção do período foi R\$ 15.000,00.
- (D) as despesas foram R\$ 900,00.
- (E) os gastos foram R\$ 825.500,00.



57. A Indústria Solar S.A. produz um único produto, cujos custos e despesas unitários, determinados com base na produção e venda de 1.000 unidades no período, estão apresentados, a seguir:

Custos e Despesas	R\$
Materiais diretos	1.200,00
Mão de obra direta	800,00
Custos indiretos fixos	900,00
Despesas variáveis de vendas (comissões sobre vendas)	200,00
Despesas fixas de vendas	300,00
Despesas fixas administrativas	400,00
Total por unidade	3.800,00

No mês de novembro de 2014, não havia estoques iniciais e a empresa produziu e vendeu 900 unidades do seu produto pelo preço unitário líquido de vendas de R\$ 4.100,00. O valor do lucro bruto unitário em novembro de 2014 foi, em reais,

- (A) 1.200,00.
 (B) 1.900,00.
 (C) 200,00.
 (D) 1.100,00.
 (E) 900,00.

58. Considere as informações da Cia. Alfa, referentes ao mês de dezembro de 2014:

ITENS	Ração Tipo A	Ração Tipo B
Quantidade produzida (em Kg)	200.000	400.000
Quantidade vendida (em Kg)	180.000	360.000
Preço de venda bruto (por Kg)	R\$ 2,00	R\$ 1,50
Matéria prima (por Kg produzido)	R\$ 0,84	R\$ 0,63
Mão de obra direta (por Kg produzido)	R\$ 0,20	R\$ 0,20
Comissões sobre o preço bruto de vendas	6%	6%
Tributos sobre vendas	12%	12%

No início do mês de dezembro de 2014 não havia estoques iniciais de produtos acabados e em elaboração e, no final deste mês, não havia estoques de produtos em elaboração. Os custos fixos indiretos e as despesas fixas indiretas mensais são, respectivamente, R\$ 20.000,00 e R\$ 10.000,00.

Considerando que a empresa utiliza como critério de rateio o custo total de matéria prima, os valores dos estoques finais de ração tipo A e de ração tipo B em 31/12/2014, pelo método de custeio por absorção são, respectivamente, em reais,

- (A) 22.000,00 e 35.000,00.
 (B) 21.600,00 e 34.400,00.
 (C) 23.200,00 e 36.800,00.
 (D) 21.940,00 e 34.040,00.
 (E) 24.000,00 e 38.000,00.

59. A empresa Plix Ltda. iniciou suas atividades no dia 01/11/2014. Ela produz embalagens para 100 ml de shampoo e adota o custeio por processo. Nos dois primeiros meses de funcionamento, incorreu nos seguintes custos, em reais:

	Novembro/2014	Dezembro/2014
Matéria prima	1.170,00	1.337,00
Mão de obra direta	975,00	955,00
Custos Indiretos de Produção	1.755,00	1.910,00

Os números relativos ao volume físico da produção foram, em unidades:

	Novembro/2014	Dezembro/2014
Iniciadas	1.000	950
Acabadas	900	970
Em processamento	100	80

As unidades em processamento, tanto no final de novembro quanto no final de dezembro, receberam 75% de todo o processamento necessário para serem acabadas.

Considerando que a empresa utiliza o método de custeio por absorção e adota o critério PEPS para a avaliação dos estoques, o valor do custo da produção acabada no mês de dezembro de 2014, em reais, foi

- (A) 4.202,00.
 (B) 4.239,75.
 (C) 3.828,00.
 (D) 4.238,00.
 (E) 3.938,00.



60. A empresa Beta produz um único tipo de capa para celulares, cujo preço bruto de venda por unidade é R\$ 100,00, e objetiva obter um lucro operacional de 20% sobre a receita bruta de vendas. Os tributos sobre vendas são 18%, os custos variáveis unitários R\$ 22,00, as despesas variáveis unitárias R\$ 10,00 e os custos e despesas fixos mensais somam R\$ 300.000,00. A receita bruta de vendas no ponto de equilíbrio contábil mensal, em reais, é
- (A) 300.000,00.
 - (B) 1.000.000,00.
 - (C) 600.000,00.
 - (D) 500.000,00.
 - (E) 492.000,00.

Contabilidade Pública

61. Fato cujo registro produz efeito somente no sistema patrimonial, é
- (A) reconhecimento da depreciação.
 - (B) fixação da despesa orçamentária.
 - (C) assinatura de contrato.
 - (D) compra de veículo.
 - (E) amortização de dívida.
-
62. O princípio fundamental de contabilidade para o ente público que se afirma pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente, é o Princípio da
- (A) Continuidade.
 - (B) Entidade.
 - (C) Competência.
 - (D) Publicidade.
 - (E) Transparência.
-
63. Em um procedimento fiscalizatório realizado no município XX, o auditor constatou que um passivo cujo fator gerador ocorreu em março/2014 foi registrado pela contabilidade somente em junho/2014, devido a limitações orçamentárias. Além do princípio fundamental de contabilidade da competência, houve desobediência ao princípio da
- (A) evidenciação.
 - (B) fidedignidade.
 - (C) efetividade.
 - (D) prudência.
 - (E) oportunidade.

Instruções: Considere o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, para indicar as contas contábeis do Sistema Orçamentário envolvidas no registro contábil dos eventos indicados nas questões de números 64 e 65.

64. Arrecadação da Receita Orçamentária:
- (A) 5.2.1.1.0.00.00 e 6.2.1.2.0.00.00.
 - (B) 6.2.1.2.0.00.00 e 6.2.1.1.0.00.00.
 - (C) 6.2.1.2.0.00.00 e 6.2.1.3.0.00.00.
 - (D) 1.1.1.0.0.00.00 e 4.0.0.0.0.00.00.
 - (E) 5.2.1.1.0.00.00 e 6.2.1.3.0.00.00.
-
65. Empenho da Despesa Orçamentária:
- (A) 6.2.2.1.1.00.00 e 6.2.2.1.3.00.00.
 - (B) 5.2.2.1.1.00.00 e 6.2.2.1.3.00.00.
 - (C) 5.2.1.2.0.00.00 e 6.2.2.1.1.00.00.
 - (D) 2.1.1.0.0.00.00 e 3.0.0.0.0.00.00.
 - (E) 5.3.1.1.0.00.00 e 6.3.1.0.0.00.00.



66. A característica inerente às obrigações pelo prazo de vencimento denomina-se:
- (A) Exigibilidade.
 - (B) Conversibilidade.
 - (C) Liquidez.
 - (D) Materialidade.
 - (E) Temporalidade.
-
67. Referente às Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, considere:
- I. As transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.
 - II. Os registros da entidade, estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados somente se existir certeza da sua ocorrência.
 - III. Os registros da entidade, estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
 - (B) II e III.
 - (C) I.
 - (D) I e III.
 - (E) III.
-
68. De acordo com as Estrutura do Balanço Orçamentário definida a na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os valores relativos à despesa serão evidenciados nas colunas
- (A) Dotação Inicial, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa em Liquidação, Despesa Paga e Saldo de Restos a Pagar.
 - (B) Dotação Inicial, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa em Liquidação, Despesa Paga e Saldo de Dotação.
 - (C) Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa em Liquidação, Despesa Paga e Saldo de Dotação.
 - (D) Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga e Despesa Cancelada.
 - (E) Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga e Saldo de Dotação.
-
69. As obrigações registradas no passivo em contas contábeis com indicador de superávit financeiro igual a “P”, passam a ter característica financeira
- (A) quando atingirem a etapa denominada “em liquidação”.
 - (B) antes do empenho da respectiva despesa.
 - (C) após a liquidação da respectiva Despesa.
 - (D) após o empenho da respectiva despesa.
 - (E) quando o prazo de vencimento for inferior a 12 meses.
-
70. De acordo com a Estrutura do Balanço Patrimonial, as Cotas em Tesouraria serão classificadas como
- (A) Realizável a longo prazo.
 - (B) Imobilizado.
 - (C) Patrimônio Líquido.
 - (D) Realizável a curto prazo.
 - (E) Investimentos.